

# IMPACTO DA OPINIÃO MODIFICADA DO AUDITOR INDEPENDENTE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE EMPRESAS NEGOCIADAS DA B3

Rayane Lourena de Oliveira Dias<sup>1</sup>  
Cassius Klay Silva Santos<sup>2</sup>  
José Tarocco Filho<sup>3</sup>

## RESUMO

O principal papel do auditor independente é emitir uma opinião a respeito das demonstrações contábeis, a fim de auxiliar a tomada de decisão dos usuários que utilizam essas informações, visto que essa opinião é capaz de atestar a fidelidade às normas contábeis das informações divulgadas pelas empresas. A opinião do auditor é emitida em forma de relatório, e pode ser sem ressalva, com ressalva, adversa ou abstenção de opinião, dependendo do entendimento do auditor em relação aos dados contábeis. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi analisar se há uma relação entre a opinião divulgada no relatório do auditor independente e os índices de rendimento e endividamento das companhias negociadas na Bolsa de Valores Oficial do Brasil (B3). Para tanto, utilizou-se como instrumento de análise os índices de endividamento, composição de endividamento, retorno sobre patrimônio líquido e retorno sobre investimento. Os resultados obtidos demonstram que não há uma relação entre relatório do auditor e os índices de endividamento, porém, ao analisar os índices de rentabilidade, verifica-se uma influência negativa frente aos relatórios com ressalva, indicando que a publicação de um relatório modificado é capaz de gerar algum nível de incerteza na percepção dos acionistas.

**Palavras-chave:** Relatório de opinião. Auditoria. Indicadores financeiros.

## ABSTRACT

The main paper of the independent auditor is to emit an opinion about the accounting statements, with the aim of helping the decision making of the users who would use such information. Seen that this opinion is able to attest to the fidelity to the accounting norms of information disclosed by companies. The opinion of the auditor is emitted in report form, and can be unqualified opinion or modified, depending on the auditor's understanding in relation to the accounting data. In this context, the aim of this study was to analyze whether there is a relation between the opinion disclosed in the report of the independent auditors and the economic indexes of the companies traded on the B3. Therefore, it was used as instrument of analyzes the indices of indebtedness, composition of indebtedness, return on equity and return on investment. The gotten results demonstrate that it does not have a relation between report of the auditor and the indebtedness indexes, however when analyzing the yield indexes a negative influence is verified ahead to the reports with a caveat, indicating that the publication of a modified report is capable of generating some level of uncertainty in the shareholders.

**Keywords:** Opinion report. Audit. Financial indicators.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Ciências Contábeis – Fucamp. E-mail: rayane.contabil@outlook.com

<sup>2</sup> Professor orientador no curso de Ciências Contábeis – Fucamp. E-mail: cassiusklay@gmail.com

<sup>3</sup> Professor coorientador no curso de Ciências Contábeis – Fucamp. E-mail: jtarocco@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Almeida (2012), o processo de transformação das empresas familiares em corporações, associado ao avanço tecnológico e a evolução de controles internos, levaram as empresas a captarem mais recursos para suas operações e, conseqüentemente, mais fundos de investimentos com terceiros, tanto através de instituições financeiras, como na abertura de capital. Esses fatores contribuíram para que as demonstrações financeiras (DF) passassem a ter maior importância para a tomada de decisão dos aplicadores de recursos nas empresas, uma vez que precisam conhecer a situação financeira da entidade e os riscos do investimento.

São as demonstrações contábeis que possibilitam uma tomada de decisão de maneira mais segura, pois demonstram quais são os gastos, o retorno sobre investimentos, os faturamentos previstos e uma análise da saúde financeira de uma maneira completa (CREPALDI, 2012). A condição financeira de uma empresa é uma preocupação grande para os investidores e credores, pois como provedores de capital, eles contam com as condições financeiras da empresa para segurança e rentabilidade do seu investimento (CUNHA, 2013).

Portanto, a decisão dos investidores em relação aos seus recursos envolve uma precaução, visto que devem ter uma compreensão satisfatória em relação à situação da empresa investida e conhecer seus riscos. Existe também a dúvida da veracidade das informações prestadas pela empresa (CARVALHO, 2014). Neste sentido, Silva (2008, p. 6) aponta que deve ser realizada uma análise destas demonstrações, pois se trata de um “exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa”.

Para que os resultados da análise possam refletir a realidade da situação da empresa, é relevante que os dados constantes dos demonstrativos analisados estejam corretos. Por isso existe a necessidade de uma pessoa imparcial e independente para analisar os dados constantes nas demonstrações financeiras e atestar a veracidade dos mesmos. Conforme sugere Attie (2011) a auditoria independente foi criada em decorrência da necessidade de confirmação por parte dos investidores e proprietários quanto à realidade econômica financeira espelhada no patrimônio das empresas investidas. Ela possui também a finalidade de aumentar o grau de confiança nas demonstrações, pois exige a opinião de alguém não ligado aos negócios e que confirme de forma independente a qualidade e precisão das informações.

Sendo assim, o auditor será responsável por fazer o levantamento, o estudo e a avaliação das transações, dos procedimentos e das DF da entidade e, após concluir o exame, emitir sua

opinião de maneira clara e objetiva sobre as demonstrações contábeis em relação aos princípios da contabilidade (ATTIE, 2011).

Existem quatro tipos de opinião dadas pelo auditor de acordo com a NBC TA 700 (2016) – a opinião sem ressalva ou não modificada e as opiniões modificadas, que são: com ressalva, adversa e a abstenção de opinião, que podem sinalizar alguma distorção relevante ou em desacordo com as práticas contábeis (CFC 2016a).

Neste contexto, o relatório de auditoria atesta a fidedignidade das demonstrações, sendo que essa melhor qualidade da informação pode influenciar um maior retorno para as empresas (BOONE; KHURANA; RAMAN, 2010). Desta maneira, diante da importância da opinião do auditor para a credibilidade das informações na hora da tomada de decisão por parte dos investidores, surge a seguinte pergunta de pesquisa: qual o impacto da opinião modificada do auditor independente nos indicadores econômicos financeiros das empresas listadas na B3?

O presente estudo tem como objetivo geral realizar uma análise através das demonstrações contábeis das empresas listadas na B3, que receberam opinião modificada (com ressalvas, adversa ou abstenção de opinião) no relatório de auditoria em 2016 fazendo um levantamento das informações financeiras das mesmas, com o intuito de entender qual o impacto de uma opinião modificada nos índices econômico-financeiros da empresa. Os objetivos específicos são: i) identificar todos os relatórios de opinião modificada no ano de 2016; ii) calcular os índices de rendimento e endividamento de todas as empresas com opinião modificada no ano de 2015 e 2017; iii) verificar se a opinião modificada do auditor impactou os indicadores.

As contribuições do presente estudo mostram-se relevantes devido à importância de uma análise financeira e econômica detalhada. Assim, ela proporciona uma visão geral de como estão sendo realizados os processos e seus respectivos retornos com base em informações precisas e seguras tanto para facilitar a tomada de decisão, quanto para direcionar investidores futuros a tomarem as suas decisões. Além disso, a importância em verificar se a opinião modificada realmente causa algum impacto negativo nos índices econômicos financeiros da empresa.

Na sequência, o trabalho está estruturado em quatro tópicos, além desta introdução. O primeiro trata do referencial teórico, no qual são abordadas as conceituações a respeito das demonstrações financeiras, auditoria e pesquisas relacionadas à opinião modificada do auditor independente. O segundo trata da metodologia adotada para a abordagem e realização do trabalho. O terceiro apresenta os resultados obtidos e, por fim, o quarto tópico esclarece as conclusões e considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é apresentar elementos teóricos que possibilitem a compreensão e análise dos dados da pesquisa. Assim, inclui conceitos e normas sobre auditoria independente.

### 2.1 Análises das demonstrações financeiras e seus índices

Uma forma relevante de medir o desempenho de uma empresa é analisar as demonstrações financeiras desta entidade. No entanto, não devem ser considerados apenas os números dos principais demonstrativos como o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultado, a demonstração do resultado abrangente e fluxo de caixa, entre outros. A análise também deverá ser feita através de indicadores financeiros, que deverão ser calculados a partir dos dados disponíveis nos demonstrativos contábeis. Isso permite que o analista tenha uma visão mais clara da situação e do desempenho da organização (SILVA, 2008).

De acordo com Gitman (2010), a análise de índices envolve métodos, cálculos e interpretações para compreender, analisar e monitorar o desempenho da empresa. Para Matarazzo (2010) o objetivo básico destes indicadores é evidenciar a posição atual da organização, ao mesmo tempo em que tentam inferir o que pode acontecer no futuro com a empresa, caso aquela situação detectada pelos indicadores tenham sequência. Os principais índices utilizados para analisar a situação da empresa são: os índices de liquidez, índices de rentabilidade e os índices de estrutura de capital (MATARAZZO, 2010). O objeto de estudo será analisar os índices conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Indicadores financeiros

<b>Índice</b>	<b>Fórmula</b>	<b>Significado</b>
<b>Índices de Estrutura de capitais</b>		
<b>Endividamento</b>	$\frac{\text{Capital de terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$1,00 de capital próprio
<b>Composição do endividamento</b>	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de terceiros}}$	Qual o percentual de obrigações a composição do endividamento em relação às obrigações totais.

Continua...

<b>Índices de Rendimento.</b>		
<b>Retorno sobre investimento</b>	$\frac{\text{Lucro op. líquido (ajustado)}}{\text{Ativo médio}}$	Quanto a empresa perdeu ou ganhou com os investimentos feitos
<b>Retorno sobre patrimônio líquido</b>	$\frac{\text{Lucro líquido}}{\text{PL inicial}}$	Quanto de lucro a companhia gera com o dinheiro investido pelos acionistas

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2013).

Conclusão.

O Quadro 1 representa as fórmulas para os cálculos dos índices de endividamento e rentabilidade que serão analisados nesta pesquisa. Conforme Gitman (2010), o índice de endividamento de uma empresa é analisado pela sua capacidade de saldar suas obrigações de curto prazo e identifica quanto a empresa tem de dívidas com terceiros para cada unidade de valor de seus próprios recursos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Quanto menor for esse índice de participação de capitais de terceiros, melhor é para a empresa. O índice de composição de endividamento permite observar a solvência da empresa, ou seja, aponta o montante de obrigações com terceiros da empresa que será exigida a curto prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014).

Os índices de rentabilidade calculam o desempenho da empresa em relação aos investimentos e as vendas. O principal parâmetro a ser usado para essa avaliação é o lucro líquido (ASSAF NETO, 2012). Na visão de Gitman (2010), a empresa deve ter lucro, pois se não tiver ela não atrairá capital externo. Os índices de rentabilidades utilizados para análise no presente trabalho serão o retorno sobre investimento (ROI) e o retorno sobre patrimônio líquido (ROE).

O ROI é uma métrica que permite saber quanto a empresa perdeu ou ganhou com os investimentos feitos (CUSTODIO, 2017). A rentabilidade do negócio é fortemente dependente do capital investido na atividade (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2014). Quanto ao ROE, ele é um indicador que mede a capacidade de agregar valor de uma empresa a partir de seus próprios recursos e do dinheiro de investidores. Esse é o retorno total do lucro líquido, medido como porcentagem do patrimônio líquido dos acionistas. O ROE mensura a rentabilidade de uma corporação ao revelar o quanto de lucro a companhia gera com o dinheiro investido pelos acionistas (CUSTODIO, 2017).

Para Ross, Westerfield e Jaffe (1995), existe um problema com o uso de índices, que consiste no fato de que pessoas distintas e publicações diferentes não os calculam da mesma forma. Para isso é necessário que exista alguém com entendimento necessário para avaliar a

eficiência destes índices. A auditoria foi desenvolvida para dar mais fidedignidade às suas demonstrações financeiras.

## **2.2 Auditoria**

A auditoria pode ser definida como um estudo ou uma verificação das transações e rotinas de uma determinada organização e a avaliação sistemática destes procedimentos (CREPALDI; CREPALDI, 2016). Para Franco e Marra (2007), é a auditoria que examina a veracidade das demonstrações contábeis e analisa se estas estão em conformidade com os princípios fundamentais e as normas brasileiras de contabilidade.

Attie (2011), por sua vez, define a auditoria como sendo uma especialização contábil com o intuito de testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial utilizado pela organização. Crepaldi e Crepaldi (2016) afirmam que o processo de auditoria consiste em controlar áreas-chaves da entidade com o intuito de evitar situações que facilitem fraudes e desfalques na organização e resguardar o patrimônio da empresa.

A partir das definições de diversos autores, resume-se que a auditoria é uma técnica utilizada para apurar a integridade contábil de determinada empresa e demonstrar a realidade econômica e financeira desta entidade. Diante disto, e do fato de que, nas empresas, existem acionistas que não participam da administração, torna-se necessário ter maior segurança quanto às demonstrações contábeis. A auditoria independente surge como o elemento externo capaz de aumentar a segurança e a fidedignidade das informações (ISHIKAWA; BEZERRA, 2002).

### **2.2.1 Auditoria independente**

Auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. Foi a partir da Lei 4.728 de 1965 que a auditoria independente passou a ser reconhecida. Mais tarde, em 1976, foi promulgada a Lei nº 6.385, criando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estabelece que somente empresas ou auditores independentes devidamente registrados na CVM podem auditar companhias abertas e instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários (CVM, 2018).

A existência da auditoria independente tem o propósito de aumentar o grau de confiança e comparabilidade das informações entre as diversas organizações que existem no mercado (KUSTER; NOGACZ, 2002). De acordo com Carvalho (2014), quando um investidor decide

aplicar o seu capital em uma organização, o mesmo se submete às consequências de eventuais conflitos de interesses, seja diante dos gestores ou de outros acionistas. Além disso, existe a possibilidade da informação fornecida pela empresa através dos demonstrativos contábeis incluírem distorções significativas. Por este motivo a auditoria é um processo de comprovação a respeito das afirmações dadas pelas empresas.

Portanto, para analisar e avaliar estas demonstrações contábeis o profissional capacitado será o auditor independente, que deverá ser bacharel em Ciências Contábeis e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e, além disso, ter passado no exame de qualificação técnica e não possuir nenhum tipo de vínculo com a empresa auditada. Deverá também ter um profundo conhecimento em contabilidade, pois irá analisar e fiscalizar as declarações emitidas pelas empresas e expressar sua opinião sobre as mesmas (CREPALDI, 2012).

Assim sendo, o intuito da auditoria independente é examinar, avaliar e validar as informações fornecidas pela empresa, revelando aos investidores ou demais interessadas o quão confiável são aquelas demonstrações referente ao patrimônio da empresa auditada e emitir sua opinião através de um relatório (PIERRI JUNIOR; ALBERTON, 2012).

### **2.2.2 Relatório do auditor independente**

A emissão do relatório de auditoria, de acordo com Attie (2011), reflete o entendimento do auditor em relação aos dados contábeis. Seguindo a mesma ideia, Perez Junior (2012) afirma que o relatório dos auditores independentes é o documento por meio do qual o auditor expressa sua opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas, quanto à sua adequação ou não em relação às normas estabelecidas para sua elaboração.

Por meio da NBC TA 200 (2016), o Conselho Federal de contabilidade (CFC) salienta que, para fins de opinião, o auditor deverá verificar a conformidade das demonstrações emitidas com a estrutura de relatório financeiro. Ele destaca, ainda, que a auditoria conduzida em conformidade com as normas e exigências éticas expressivas capacita o auditor a formar essa opinião (CFC, 2016b). Após a verificação de conformidade das demonstrações o auditor emite sua opinião, que pode ser encaixada nas seguintes categorias: opinião sem modificação ou sem ressalva. As opiniões modificadas são: com ressalva; com abstenção de opinião; e com opinião adversa (PIERRE JUNIOR; ALBERTON, 2012). Abaixo segue o Quadro 2, que explica cada tipo de opinião de auditoria.

Quadro 2 – Tipos de opinião do auditor independente

Opinião	Tipo de relatório	NBC TAs 700,705 E 706
Sem modificação	Sem ressalva	É a opinião expressa pelo auditor quando ele conclui que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
Modificado	Com ressalva	Ocorre quando se obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluindo que as distorções são relevantes, mas não generalizadas ou quando se não consegue obter evidência apropriada e suficiente, mas ele conclui que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver poderiam ser relevantes, mas não generalizados.
	Adverso	Ocorre quando se obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente, concluindo que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações contábeis.
	Abstenção de opinião	Ocorre quando não se consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para suportar sua opinião, concluindo-se que os possíveis efeitos de distorções não detectadas, se houver, sobre as demonstrações contábeis poderiam ser relevantes e generalizadas.

Fonte: Adaptado de Damacena e Paulo (2013).

Conforme mostrado no Quadro 2, quando as demonstrações se apresentarem relevantes em todos os aspectos e livre de erros e falhas, o auditor deverá emitir uma opinião sem ressalva. Deste mesmo modo, Crepaldi (2012) afirma que o auditor emite um relatório sem ressalva quando comprova que as demonstrações contábeis da empresa auditada foram elaboradas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas. Em relação à opinião modificada, o CFC, por meio da NBC TA 705 (2016), determina que caso o auditor não consiga cumprir com os objetivos determinados por essa e/ou por alguma outra NBC TA, de forma a não garantir segurança razoável a respeito das informações contábeis analisadas, ele deve analisar a possibilidade de emitir uma opinião modificada (CFC, 2016c).

### 2.2.3 Trabalhos anteriores sobre impacto da opinião modificada

Em relação aos trabalhos anteriores sobre o tema proposto, não existem estudos específicos sobre o impacto dos índices econômicos e financeiros, contudo, há trabalhos sobre os impactos em outros tipos de variáveis. Pontes (2009) investigou como o grau de conservadorismo contábil utilizado pelas maiores empresas listadas na Bovespa (B3) é impactado por uma ressalva no relatório dos auditores independentes. A autora concluiu



através dos índices econômicos e financeiros que as empresas incorporam perdas mais rapidamente do que ganhos ao divulgarem os lucros no período após a opinião com ressalva, indicando maior grau de utilização do conservadorismo contábil.

Nunes (2009), por sua vez, objetivou analisar a influência do relatório do auditor com ressalva nas decisões dos usuários ao conceder créditos e constatou que a disposição dos usuários em conceder créditos e a compra das ações da empresa não foram afetadas pela presença da opinião com ressalva e o comportamento dos usuários não foram alterados. Porém, ela atribui esse resultado à falta de compressibilidade de uma opinião com ressalva por parte dos usuários.

Ribeiro e Martins (2016) buscaram averiguar a importância da opinião dos auditores independentes nos relatórios das empresas envolvidas na Operação Lava-Jato e concluiu que, se uma companhia aberta publicar seus relatórios financeiros com ausência da revisão dos auditores externos (como ocorreu com as empresas envolvidas nessa operação), esta por sua vez, perde a segurança e credibilidade sobre os dados, prejudicando a imagem da empresa.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, como descritiva, uma vez que objetiva analisar os relatórios de auditoria e as demonstrações contábeis de empresas listadas na B3 que receberam opinião modificada no ano exercício de 2016. Para Costa e Costa (2001) a pesquisa descritiva é a mais tradicional das pesquisas e descreve características de uma determinada população ou de um determinado fenômeno. Ela também possui o propósito de escrever as características de um objeto de estudo (GONSALVES, 2007).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa, pois a utilização deste modelo de pesquisa irá tornar o presente estudo mais relevante, uma vez que ele utiliza instrumentos estatísticos desde a coleta até a análise e o tratamento de dados (RAUPP; BEUREN, 2012). Quanto aos procedimentos de levantamento dos dados, foi feita uma pesquisa documental, mais precisamente nos relatórios de auditoria e demonstrações contábeis das empresas analisadas. A pesquisa documental, como o próprio nome sugere, é uma pesquisa que faz uso de documentos, o que torna a pesquisa mais rica em informações (SÁ-SILVA, ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A população objeto do estudo é composta pelas companhias listadas na B3 no ano exercício de 2016. Os dados foram coletados no site da B3 e alocados em uma planilha com o auxílio do programa Microsoft Excel, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 3 – Companhias analisadas e totais de empresas listadas

<b>EMPRESAS LISTADAS B3</b>	<b>ANO 2016</b>
Total de empresas listadas	435
Total de companhias sem ressalva	413
Total de companhias com opinião modificada	22

Fonte: Elaborada pelos autores.

No ano examinado, havia 435 empresas listadas na B3. Destas companhias, 22 apresentavam relatórios com opinião modificada em 2016, enquanto 413 companhias receberam o relatório sem ressalva do auditor.

Quadro 4 – Lista das empresas com opinião modificada

<b>EMPRESA</b>	<b>2016</b>
Advanced Digital Health Medicina Preventiva S.A.	Com ressalva
Banco Amazônia S.A.	Com ressalva
Bombril S.A.	Com ressalva
Bradesco leasing S.A. arrend. mercantil	Com ressalva
Celulose Irani S.A.	Com ressalva
Cia saneamento de minas gerais	Com ressalva
Fibam companhia industrial	Com ressalva
Gpc participações S.A.	Com ressalva
Indústrias j b Duarte S.A.	Abstenção
Inepar S.A.	Com ressalva
Mendes Junior engenharia S.A.	Abstenção
Mgi - minas gerais participações S.A.	Com ressalva
Mmx mineração e metálicos S.A.	Abstenção
Nordon indústrias metalúrgicas S.A.	Com ressalva
Oi S.A.	Abstenção
Osx Brasil S.A.	Abstenção
Pdg Realty S.A.	Abstenção
Refinaria de petróleo Manguinhos S.A.	Com ressalva
Tec Toy S.A.	Com ressalva
Tecnosolo engenharia S.A.	Com ressalva
Teka-tecelagem kuehnrich S.A.	Abstenção
Viver incorporadora e construtora S.A.	Abstenção

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 4 mostra os dados referentes ao relatório do auditor no ano 2016. Como se pode verificar das 435 empresas listadas na B3, 22 delas apresentaram uma opinião

modificada neste ano exercício. Estes dados foram coletados com a finalidade de comparar os anos e opiniões a fim de verificar se há uma relação entre a opinião do auditor, com os relatórios modificados.

Para critério de avaliação foram utilizados os índices de rentabilidade, que são: Retorno sobre o investimento (ROI) e Retorno sobre PL (ROE), e os índices de estrutura, a saber: índice de endividamento e a composição de endividamento. Foram calculados os índices destas empresas no ano de 2015 a 2017, e em seguida foi feita uma análise comparativa a fim de verificar o impacto da opinião modificada nos índices das 21 empresas que receberam esta opinião.

Os índices foram escolhidos, pois através deles é possível identificar a proporção de ativos da empresa que são financiados por recursos de terceiros e como está esta política de captação destes recursos. É possível verificar também como a empresa esta lidando com os investimentos dos sócios. Por meio da análise das demonstrações através destes índices será possível identificar o impacto que a opinião modificada do auditor tem sobre a rentabilidade e também sobre o nível de endividamento da empresa.

## **4 RESULTADOS**

Nesta seção, é apresentada a análise dos dados levantados na pesquisa. Foram objeto deste estudo as companhias listadas na B3, que no ano exercício de 2016, receberam opinião modificada e foram comparadas com o ano anterior (2015) e posterior (2017) ao relatório do auditor, a fim de compreender se o mesmo impacta de alguma forma os índices analisados.

### **4.1 Índice de endividamento**

Para avaliar se houve reação nas empresas quanto à captação de recursos de terceiros após receber o relatório de auditoria modificado, foi realizado o cálculo do índice de endividamento em todas as empresas da amostra. Os resultados obtidos com o cálculo destes índices nos anos de 2015, 2016 e 2017 são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Índice de endividamento

<b>EMPRESAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Advanced Digital Health Medicina Prev. S.A.	-1,258	-1,650	-1,187
Banco Amazônia S.A.	7,991	6,232	5,280
Bombril S.A.	-2,378	-3,600	-3,844
Bradesco Leasing S.A. A. Mercantil	19,513	32,012	30,534
Celulose Irani S.A.	3,407	2,773	3,182
Cia Saneamento De Minas Gerais	0,731	0,843	0,936
Fibam Companhia Industrial	-1,803	-3,003	10,636
Gpc Participações S.A.	3,43	54,119	-22,353
Indústrias J B Duarte S.A.	-46,789	-12,002	2,602
Inepar S.A. Indústria E Construções.	-2,409	-3,015	-7,540
Mendes Junior Engenharia S.A.	-1,099	-1,119	-1,132
Mgi - Minas Gerais Participações S.A.	8,146	8,227	2,574
Mmx Mineração E Metálicos S.A.	-1,336	-1,393	-1,552
Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.	-1,119	-1,120	-1,138
Oi S.A.	-6,079	-10,897	5,734
Osx Brasil S.A.	-1,492	-1,552	-1,774
Pdg Realty S.A. Emp. E Participações.	-1,919	-2,362	3,595
Refinaria De Petról. Manguinhos S.A.	-1,495	-1,300	-1,234
Tec Toy S.A.	-1,311	-1,984	-3,140
Tecnosolo Engenharia S.A.	96,222	13,425	12,767
Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A.	-1,656	-1,725	-1,752
Viver Incorporadora E ConstrutS.A.	-13,446	-2,932	-8,075

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar a Tabela 1, percebe-se que, das empresas analisadas, somente a Cia de Saneamento de Minas Gerais apresentava um índice de endividamento menor do que 1 em 2015, ou seja, somente essa companhia possuía o seu capital próprio maior que o capital de terceiros. E mesmo recebendo uma opinião com ressalva, o índice da mesma reduziu nos anos seguintes, 2016 e 2017, devido ao aumento das receitas e consequentemente o aumento do lucro da empresa nesses anos.

A empresa Advanced Digital Health já apresentava um índice negativo devido ao seu passivo a descoberto, contudo obteve uma elevação de 6%, o que pode ter sido devido a vários processos judiciais que a empresa está enfrentando e a ausência de receitas nos anos 2015 e 2016. Empresas também como a Celulose Irani S/A e Pgd Realty S.A obtiveram uma elevação no índice de endividamento, o que pode ser atribuído à diminuição do patrimônio líquido e no caso da Pgd Realty S.A, a negativação do mesmo. Essas empresas possuem em comum o fato de que não têm praticamente nenhum recurso e ainda existem dívidas com terceiros, que está tornando este índice cada vez maior.

Empresas como a Inepar S.A, Mendes Junior, Tec Toy e Nordon Indústrias Metalúrgicas também possuem um passivo a descoberto, mas conseguiram reduzir o índice de endividamento, mesmo com um relatório modificado do auditor. A redução dos índices da Inepar está relacionada à diminuição do prejuízo da mesma, enquanto a Nordon passou a obter receitas, ao passo que na Tec Toy S.A houve uma pequena diminuição no passivo não circulante. Ainda assim, a situação dessas empresas é ruim, visto que esses índices continuam negativos.

As demais empresas já apresentavam um índice desfavorável antes de 2016. No geral, das 22 empresas analisadas, 11 delas (ou seja, 50%) elevaram o índice de endividamento e as outras 11 reduziram seus índices. Isso mostra que não há uma conexão específica em relação a esse índice e o relatório do auditor, o que significa que mesmo tendo uma opinião com ressalva as empresas ainda conseguiram captar recursos de terceiros. Esses recursos são captados quando a empresa não consegue suprir suas obrigações com o próprio capital. Em relação às empresas que receberam uma abstenção de opinião, das 8 empresas listadas, 62,5% delas aumentaram o índice de endividamento enquanto as outras (37,5%) diminuíram os mesmos.

Uma empresa que se destaca devido à diferença de valores entre os anos 2015 e 2017 foi a Fibam Companhia Industrial, que passou de um índice de 10,636 para um índice de -1,803, contudo essa mudança também não foi devido ao relatório do auditor e sim devido ao Patrimônio da empresa ter passado a ser negativo nos anos 2016 e 2017.

#### **4.2 Composição do endividamento**

Após realizar o cálculo do índice do endividamento, foi realizado também o cálculo da composição de endividamento em todas as empresas da amostra, a fim de analisar qual o percentual de passivo de curto prazo é usado no financiamento de terceiros. Esse índice permite analisar se o relatório da auditoria independente causa alguma reação na solvência da empresa. A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos com o cálculo destes índices nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Tabela 2 – Composição do endividamento em %

<b>EMPRESAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Advanced Digital Health Medicina Prev. S.A.	67,57	46,96	82,64
Banco Amazônia S.A.	66,43	63,01	61,04
Bombril S.A.	58,08	59,34	55,04
Bradesco Leasing S.A. A. Mercantil	1,25	0,63	8,01
Celulose Irani S.A.	25,99	36,07	30,14
Cia Saneamento de Minas Gerais	27,52	22,59	20,57
Fibam Companhia Industrial	44,01	36,02	28,17
Gpc Participações S.A.	22,92	35,90	54,61
Indústrias J B Duarte S.A.	17,61	17,35	23,01
Inepar S.A. Indústria E Construções.	67,07	66,76	61,19
Mendes Junior Engenharia S.A.	10,74	11,02	10,75
Mgi - Minas Gerais Participações S.A.	3,48	6,80	13,37
Mmx Mineração E Metálicos S.A.	93,10	86,09	77,42
Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.	34,89	35,14	37,79
Oi S.A.	82,64	84,37	30,96
Osx Brasil S.A.	8,42	9,57	7,32
Pdg Realty S.A. Emp. E Participações.	55,83	72,00	76,04
Refinaria De Petról. Manguinhos S.A.	82,80	70,24	49,89
Tec Toy S.A.	85,65	75,81	68,63
Tecnosolo Engenharia S.A.	56,42	50,22	50,22
Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A.	86,26	85,87	85,36
Viver Incorporadora E ConstrutS.A.	82,31	84,72	80,21

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando se trata do endividamento da empresa, a composição deste endividamento é o que irá definir o perfil da dívida. Em relação à composição de endividamento das empresas contidas na amostra, conforme mostra a Tabela 2, é possível verificar que, das 22 empresas analisadas, 13 (59,09%) apresentaram uma elevação proveniente da captação de empréstimos junto ao mercado no curto prazo, enquanto 9 (40,91%) conseguiram reduzir, mesmo que não consideravelmente, este índice. Isso nos apresenta uma condição desfavorável, pois estes dados significam que 59,09% das empresas utilizam-se do passivo de curto prazo para o financiamento de terceiros.

As empresas Bradesco Leasing S.A, Celulose Irani S.A, Cia Saneamento de Minas Gerais, Mendes Junior, Mgi; Osx Brasil S.A e Indústrias JB Duarte S.A possuem uma composição de endividamento menor que 30%, o que é uma condição favorável para elas, pois essas empresas concentram suas dívidas ao longo prazo, o que concede a elas mais tempo para captar recursos para o pagamento das mesmas. Entretanto, deve ser observado que o que está sendo analisado é apenas a composição de endividamento, pois, no geral, essas empresas estão passando por uma situação ruim em relação às suas dívidas.

Em relação à Celulose Irani S.A e a Pgd Realty, elas obtiveram uma elevação no índice de endividamento, conforme mostrado na Tabela 1, no entanto, conseguiram diminuir a composição desse índice. Isso mostra que elas conseguiram transferir suas dívidas de curto prazo para longo prazo. As demais empresas, mesmo com a elevação ou redução do índice, ainda continuam em uma situação desfavorável, vinda de anos anteriores.

Ao buscar relacionar as variações realizadas na composição de endividamento em função dos relatórios dos auditores independentes, não foi identificado que essa seria a causa principal, por haver empresas que receberam opiniões distintas dos auditores. No entanto, elas apresentaram o mesmo comportamento em relação a esse índice – por isso não pode ser afirmado que as variações ocorreram em virtude do relatório do auditor.

#### 4.3 Retorno sobre investimento

Para avaliar a rentabilidade do capital que os sócios da empresa investiram no empreendimento, os resultados obtidos com o cálculo destes índices nos anos de 2015, 2016 e 2017 são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Retorno sobre investimento em %

<b>EMPRESAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Advanced Digital Health Medicina Prev. S.A.	-185,4	-2,60	-194,6
Banco Amazônia S.A.	4,40	5,10	6,80
Bombril S.A.	26,50	15,90	62,10
Bradesco Leasing S.A. A. Mercantil	7,20	9,40	8,40
Celulose Irani S.A.	-1,60	5,10	5,00
Cia Saneamento De Minas Gerais	7,10	6,40	3,00
Fibam Companhia Industrial	-41,10	-49,60	-7,80
Gpc Participações S.A.	18,80	14,50	-0,10
Indústrias J B Duarte S.A.	-1,50	-31,50	-2,30
Inepar S.A. Indústria E Construções.	-10,60	-10,60	-1,00
Mendes Junior Engenharia S.A.	-113,3	-40,80	-30,50
Mgi - Minas Gerais Participações S.A.	-0,70	-7,90	-31,00
Mmx Mineração E Metálicos S.A.	4,10	157,30	10,90
Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.	-24,30	-68,90	-171,60
Oi S.A.	0,10	-6,00	3,30
Osx Brasil S.A.	-13,30	-64,90	-11,70
Pdg Realty S.A. Emp. E Participações.	10,10	-61,80	-16,50
Refinaria De Petról. Manguinhos S.A.	-24,80	-110,00	-103,20

Continua...

<b>EMPRESAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Tec Toy S.A.	-82,00	-12,20	-41,60
Tecnosolo Engenharia S.A.	-5,70	0,30	1,30
Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A.	-5,20	-1,10	-2,00
Viver Incorporadora E ConstrutS.A.	-5,70	-23,80	-12,80
Fonte: Elaborado pelos autores			Conclusão.

O retorno sobre investimento, conforme mostra a Tabela 3, é um índice que quanto maior, melhor para a empresa analisada. De modo geral, das 22 empresas analisadas, 14 delas (63,63%) tiveram uma redução nesse índice, o que não é uma condição satisfatória para estas instituições. Quanto às empresas que obtiveram índices negativos, a situação torna-se ainda mais preocupante, visto que essas companhias estão consumindo capital ao invés de obter retorno sobre investimento.

A empresa Advanced Digital conseguiu elevar o seu retorno sobre investimento, porém essa análise não torna esse índice favorável para a empresa, visto que ele continua negativo. Podemos atribuir isso ao fato que ela conseguiu uma pequena compensação no seu prejuízo.

Ao analisar as empresas Advanced Digital; Celulose Irani; Inepar S.A; Mendes Junior; Nordon Indústrias; Pgd Realty S.A e Tec Toy, que são empresas que não possuíam uma opinião modificada em 2015 e passaram a ter em 2016 e 2017, é possível verificar que, após receber o relatório de auditoria modificado, 5 delas tiveram uma redução no retorno sobre investimento. Isso pode significar que o relatório do auditor influenciou de alguma forma esse índice.

Quanto às demais empresas que conseguiram aumentar o índice mesmo com o relatório do auditor com ressalva, não é possível afirmar um comportamento, pois elas já apresentavam opinião modificada antes de 2015, o que torna inviável utilizar esses dados, pois não farão diferença na análise.

#### **4.4 Retorno sobre patrimônio líquido**

Esse índice apresenta o quanto a companhia obteve de retorno utilizando todos os recursos disponíveis em função dos acionistas. Ou seja, avalia qual o retorno obtido pelos acionistas, considerando a utilização da estrutura de capital em determinado período. A Tabela 4 apresenta os resultados desse índice, obtidos nos anos 2015, 2016 e 2017.



Tabela 4 – Retorno sobre patrimônio líquido em %

<b>EMPRESAS</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Advanced Digital Health Medicina Prev. S.A.	-127,9	-5,10	-71,20
Banco Amazônia S.A.	3,30	6,80	9,20
Bombril S.A.	-46,40	-10,90	-499,1
Bradesco Leasing S.A. A. Mercantil	9,60	6,50	9,80
Celulose Irani S.A.	-24,30	-2,70	0,10
Cia Saneamento De Minas Gerais	9,40	7,70	0,20
Fibam Companhia Industrial	81,00	-577,70	-63,10
Gpc Participações S.A.	867,90	-174,10	-245,70
Indústrias J B Duarte S.A.	17,30	-115,80	-10,50
Inepar S.A. Indústria E Construções.	32,70	178,30	18,30
Mendes Junior Engenharia S.A.	19,00	12,90	12,70
Mgi - Minas Gerais Participações S.A.	-7,00	-27,40	-57,10
Mmx Mineração E Metálicos S.A.	5,90	-56,20	-11,60
Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.	2,90	9,30	31,90
Oi S.A.	99,90	-57,00	-27,70
Osx Brasil S.A.	16,40	62,90	33,40
Pdg Realty S.A. Emp. E Participações.	-4,70	-227,80	-56,20
Refinaria De Petról. Manguinhos S.A.	11,00	35,90	43,60
Tec Toy S.A.	74,90	53,90	164,00
Tecnosolo Engenharia S.A.	-86,30	-3,60	0,20
Teka-Tecelagem Kuehnrich S.A.	12,90	11,40	12,50
Viver Incorporadora E ConstrutS.A.	23,40	188,70	-320,90

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme mostrado na Tabela 4, os índices referentes ao retorno sobre o patrimônio líquido, assim como o retorno sobre investimento, apresentam uma porcentagem de 63,63% referente às empresas que reduziram esses índices, apresentando um cenário não favorável para as companhias envolvidas. As empresas Advanced Digital; Celulose Irani; Inepar S.A; Mendes Junior; Nordon Indústrias; Pgd Realty S.A e Tec Toy são empresas que não possuíam uma opinião modificada em 2015 e passaram a ter em 2016 e 2017, assim como no índice anterior, e é possível verificar que após receber o relatório de auditoria modificado, 5 delas tiveram uma redução no retorno sobre patrimônio líquido. As empresas citadas anteriormente tiveram a redução no índice devido ao aumento dos prejuízos e devido ao passivo a descoberto, o que pode estar relacionado com as dívidas que elas possuem, conforme foi mostrado no índice de endividamento.

A Cia de Saneamento de Minas Gerais se destaca por ser a única empresa que possui um comportamento esperado em relação a todos os índices, o que gerou resultado satisfatório, pois ela recebeu um parecer sem ressalvas em 2017, mesmo tendo recebido uma opinião modificada em 2015 e 2016.

Quanto às demais empresas que conseguiram aumentar esse índice, mesmo com o relatório do auditor com ressalva, não foi possível fazer uma análise, pois elas já apresentavam opinião modificada antes de 2015, o que torna inviável utilizar esses dados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa buscou analisar se a opinião emitida pelo auditor possui algum impacto nos índices de rentabilidade e endividamento das companhias listadas na B3, que receberam uma opinião modificada no ano exercício de 2016. A amostra foi composta por 22 empresas, e para alcançar esse objetivo foi feito um levantamento de suas informações financeiras. Os índices calculados para o estudo foram os índices de endividamento e composição de endividamento, que é um indicador da saúde financeira na entidade; e os índices de rentabilidade, que são o retorno sobre patrimônio líquido e retorno sobre investimento, que demonstra qual é o potencial que a empresa tem em se pagar, tendo como base o investimento que é feito em sua aquisição ou estruturação.

De maneira geral, os resultados encontrados sugerem que, em relação aos índices de endividamento, não é possível atribuir os resultados ao relatório do auditor, pois empresas que receberam opiniões distintas apresentaram um comportamento semelhante. Isso tornou inviável afirmar uma relação positiva ou negativa entre o relatório do auditor e o endividamento das companhias.

Entretanto, quanto aos índices de rendimento, a opinião modificada causou uma reação negativa. Empresas que receberam relatório com ressalva ou abstenção reduziram os índices, tornando o cenário econômico desfavorável para as mesmas. Com base nos dados calculados, há indícios de que o relatório com ressalva se relaciona negativamente com os índices de rentabilidade, ao passo que uma opinião limpa tem relação positiva com esse índice. Com isso, há uma indicação de que os investidores podem reagir, frente a uma ressalva, com a incerteza sobre as informações auditadas.

O presente estudo contribui para o avanço da literatura sobre a importância da opinião do auditor e também corrobora estudos voltados para a área de análises contábeis que estão em constantes mudanças. Para a continuidade de estudos e discussões acerca desse tema, sugere-se a extensão dos índices que podem ser significativos em relação às companhias, como também verificar a relação das empresas que tiveram modificações quanto a sua classificação ao nível de governança corporativa.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. C. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- AZEVEDO, A. **Você sabe qual a diferença entre análise econômica e análise financeira?** 17 ago. 2012. Disponível em: <http://blog-do-alzimar.blogspot.com.br/2012/05/voce-sabe-qual-diferenca-entre-analise.html>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- BOONE, J. P., KHURANA, I. K.; RAMAN, K. K. Do the Big 4 and the Second-tier firms provide audits of similar quality? **Journal of Accounting and Public Policy**, 2010, v. 29, p. 330-352.
- BRANT, D. **Cresce preocupação de investidores com dados ambientais de empresas**. Folha de São Paulo, 07 ago. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/08/1907735-cresce-preocupacao-de-investidores-com-dados-ambientais-de-empresas.shtml>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- CARVALHO, H. **12 Tipos de Riscos em Investimentos que Você Precisa Conhecer**. 12 ago. 2014. Disponível em: <http://hcinvestimentos.com/2014/08/12/riscos-acoes-renda-variavel/>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. CVM. **Audidores independentes**. Disponível em: [http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/audidores\\_independentes/sobre.html](http://www.cvm.gov.br/menu/regulados/audidores_independentes/sobre.html). Acesso em: 20 de maio 2018.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TA 200 – Objetivos gerais do auditor independente e a condução de uma auditoria em conformidade com normas de auditoria**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016a.
- \_\_\_\_\_. **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016b.
- \_\_\_\_\_. **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TA 705 – modificações na opinião do auditor independente**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016c.
- \_\_\_\_\_. **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TA 706 Parágrafos de Ênfase e Parágrafos de Outros Assuntos no Relatório do Auditor Independente**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2016d.
- COSTA, M. A. F. da; COSTA, M. de F. B. da. **Metodologia da pesquisa**: Conceitos e técnicas. 1. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

\_\_\_\_\_; CREPALDI, G. S. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2016.

CUNHA, J. A **Análise Financeira como ferramenta de apoio à tomada de decisão: Estudo de Caso: Termalitur, E.E.M. - Termas de S. Pedro do Sul. Covilhã: [s.n.], 2013. Disponível em: [https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2895/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_JO%C3%83O\\_CUNHA.pdf](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2895/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_JO%C3%83O_CUNHA.pdf). Acesso em: 20 maio 2018.**

CUSTODIO M. **ROI: o que é, como e por que calcular o Retorno sobre o Investimento**. 27 nov. 2017. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/blog/roi-retorno-sobre-investimento/>. Acesso em: 09 abr. 2018.

DAMASCENA, L. G.; PAULO, E. **Pareceres de auditoria: um estudo das ressalvas e parágrafos de ênfase constantes nas demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras**. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, FURB, v. 9, n. 3, p. 107-108, jul./set., 2013. doi: 10.4270/ruc.2013324. Disponível em: . Acesso em: 12 ago. 2018.

FRANCO, H.; MARRA, E. **Auditoria Contábil: Normas de Auditoria**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, L. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Alínea, 2007.

ISHIKAWA, M. T.; BEZERRA, V. da F. **A Responsabilidade e o Papel da Auditoria Independente de Demonstrações Contábeis**. São Paulo: [s.n.], 2002.

KUSTER, E. NOGACZ, N. **Coleção gestão empresarial: Finanças empresariais**. Curitiba, 2002. p. 37-48. Disponível em: [https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Administracao/Financas\\_Empresariais\\_FAE .pdf](https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Administracao/Financas_Empresariais_FAE .pdf). Acesso em: 18 set. 2011.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das Demonstrações Contábeis**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

MATARAZZO, D. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUNES, D. M. S. **Uma análise da influência do parecer dos auditores independentes com ressalvas em decisões de usuários das informações contábeis**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-graduação em Ciências Contábeis. Brasília, DF. 2009.

PEREZ JUNIOR, J. H. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PIERRI JUNIOR, M. A.; ALBERTON, L. **Análise dos Relatórios de Auditoria**

das Companhias Listadas na BMF&BOVESPA no ano de 2012. *In: Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade*, 5, 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140425121308.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

PONTES, L. T. Efeitos da ressalva sobre o grau de conservadorismo contábil: evidências empíricas de mudanças no grau de conservadorismo no período pós-ressalva. *In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*, 6. São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2009.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e pratica*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 76-97.

RIBEIRO, A. G.; MARTINS, V. F. Investigação no Brasil: A opinião dos auditores independentes nos relatórios das empresas envolvidas, na “operação lava jato”. **Revista de la Agrupación Joven Iberoamericana de Contabilidad y Administración de Empresas (AJOICA)**. 2016. Disponível em: [http://elcriterio.com/revista/contenidos\\_15/10.pdf](http://elcriterio.com/revista/contenidos_15/10.pdf). Acesso em: 15 maio 2018.

ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. I, jul. 2009. Disponível em: [http://www.rbhcs.com/index\\_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdfB](http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.Pesquisa%20documental.pdfB). Acesso em: 20 maio 2018.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.